

DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: A MILITÂNCIA DE MULHERES LIGADAS À PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS

SINARA VEIGA FAUSTINO¹;
MARCOS CÉSAR BORGES DA SILVEIRA²

¹Universidade Federal de Pelotas – veigasinar@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – borgescerrado@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar como esposas, mães e filhas de militantes participaram da resistência à ditadura civil-militar. Aqui trabalhamos não com uma resistência ligada à ideologias, mas uma resistência como produto de uma militância emocional, ligada ao afeto, à família. Sabemos que muitas mulheres participaram de guerrilhas e movimentos clandestinos, mas pouco se fala ainda das mulheres que entraram para a resistência a partir de motivações emocionais, lutando pela libertação de pessoas ligadas à sua família, e que, muitas vezes, esse ativismo foi a porta de entrada para uma militância ativa até os dias atuais. Em nossa pesquisa pretendemos trabalhar com a trajetória de mulheres que tiveram ligações de parentesco com militantes presos, mas também buscamos discutir se nos casos analisados elas demonstraram essa forma de ativismo.

Rovai discute essa resistência em sua tese “*Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino*”, e seu artigo *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 1984)*, “Para defender e justiça e proteger perseguidos, as mulheres modelaram um novo tipo de enfrentamento ao regime, utilizando sentimentos considerados pela sociedade da época, tipicamente femininos, como amor e caridade”. A autora (2013) identifica a narrativa de mulheres que reforçavam a imagem de mães zelosas, esposas frágeis e submissas para obter informações. Elisabeth Jelin (1994 *apud* ROVAI 2013) compreendeu essas atitudes como a construção de uma “lógica de afeto”. Judith Butler (2003 *apud* ROVAI 2013) enxerga essas estratégias utilizadas como uma constituição de uma “performance de gênero” a serviço do jogo político em uma tentativa de negociação.

As estratégias de luta das mulheres não se limitavam ao espaço político e militante, assumir o papel feminino tradicional imposto pela sociedade foi uma das táticas de negociação constante. A historiadora Ana Rita Fonteles Duarte, em seu artigo “*Jogos de gênero nas memórias de militantes pela anistia*”, mostra como mulheres pertencentes ao Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) lançavam mão desta mesma “performance” ou, nas palavras da autora, “jogos de gênero”.

2. METODOLOGIA

Para trabalhar com trajetórias e memórias, escolhemos a História Oral como metodologia. Contataremos mulheres que tiveram familiares presos ou perseguidos, para, a partir de seu testemunho, reconstruir suas trajetórias e formas de resistência. Como aponta Schwarzstein (2001) a História Oral pode contribuir com a construção de uma consciência histórica, auxiliando na luta contra o esquecimento e o silenciamento. Segundo Alberti (2011, p.165) “uma

das principais riquezas da História Oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. Assim, procura-se compreender, por meio do exame das memórias, como as mulheres criaram táticas e estratégias de resistência durante a repressão, não só para se protegerem, mas para ajudar familiares presos, e, como muitas iniciaram suas lutas através de uma militância emocional.

A partir da análise de grupos marginalizados, Michael Pollak (1989) aponta para a existência das chamadas “memórias subterrâneas”, rivais das “memórias oficiais”. Essas memórias dos excluídos são, muitas vezes, valorizadas pela história oral, como no caso desta pesquisa. A escrita da história sobre a luta contra a repressão, embora não de modo exclusivo, depende, fundamentalmente, das memórias daqueles que tiveram que tendo que lidar com o aparato repressivo do Estado, trazem estas marcas nos seus corpos e mentes. Assim, a História Oral se apresenta como a metodologia mais adequada para a pesquisa. Como aponta Candau (2005, pg. 61 *apud* GOULART, 2016, p.7) “Os sobreviventes tornam-se portadores da memória dos crimes da ditadura, ou ‘arquivistas da tragédia’. Desse modo essas lembranças representam o que foi vivenciado não só por eles, mas pelo país, sendo um interesse nacional”. O compartilhamento de tais memórias é importante para finalmente fazer parte da memória coletiva do país sobre o período da repressão (GOULART, 2016).

As memórias dessas mulheres muitas vezes permanecem ainda subterrâneas “não no sentido dormente e latente, mas na condição do que Luísa Passerini chamou de *fiume carsico* (rios subterrâneos) ou *memoria di cucina*¹, trocada continuamente nos espaços da casa e da família, e cada vez mais, lado a lado com seus companheiros e filhos (ROVAI, 2013 p. 127)”. Muitas vezes é difícil obter esses testemunhos, por serem memórias compartilhadas apenas pela família ou, até mesmo, por serem memórias suprimidas pelos traumas que as acompanham.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento foram realizadas cinco entrevistas, com duas esposas e três filhas de militantes. A partir dessas entrevistas serão feitas as transcrições e, posteriormente, as análises. Obter esses testemunhos tem se mostrado uma tarefa difícil, não só por se tratarem de memórias traumáticas, mas por muitas vezes essas mulheres acreditarem que o que passaram não é digno de registro. Mesmo não sendo presas essas mulheres também tiveram suas vidas atravessadas pela repressão e são também foram vítima da violência de Estado. Assim, trata-se também de um trabalho de valorização dessas vivências, para que não sejam ignoradas ou silenciadas. Outra dificuldade encontrada foi o medo pelo atual contexto político, assim, dentro da análise é necessário levar em consideração as discussões atuais acerca do período ditatorial, pois a “relação com o tempo, especialmente o presente, tem papel primordial, inclusive quando se trata de memória e de passado” (LABORIE, 2009, p. 81).

¹ De acordo com Rovai (2013) esse termo foi utilizado e explicado por Luísa Passerini no curso *Memória e Subjetividade*, ministrado na Universidade de São Paulo, nos 08, 09 e 10 de agosto de 2011. Para Luísa Passerini, esse termo expressaria melhor do que o termo “memória subterrânea”, utilizado por Michael Pollak.

4. CONCLUSÕES

A partir do que foi discutido, podemos afirmar que a escrita dessas trajetórias femininas colabora para a construção de uma História mais democrática, trazendo o testemunho de quem, muitas vezes, é ignorado e silenciado. Ao trazer um novo aspecto sobre a temática, agrega novos debates referentes à resistência, à repressão e à discussão da participação da mulher na luta por democracia nos anos de chumbo. Estudos voltados para essa temática ainda são escassos, e há muitas memórias silenciadas, cuja publicização pode contribuir para um melhor conhecimento do passado e iluminar os debates no presente. A participação das mulheres na ditadura civil-militar necessita de maiores reflexões, principalmente em se tratando das mulheres que não participaram da militância político-partidária, mas que, por conta das circunstâncias, viram-se obrigadas a se envolver de alguma forma, assumindo assim um papel significativo na resistência ao regime imposto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo, Contexto, 2011.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos de gênero nas memórias de militantes pela anistia**. Espaço Plural, vol. X, núm. 21, julho-diciembre, 2009, pp. 66-77. Universidade Estadual do Oeste do Paraná Marechal Cândido Rondon, Brasil.

GOULART, Barbara. Lembrando o passado autoritário: Memórias sobre ditadura militar no Brasil. In: **40º Encontro Anual da ANPOCS: SPG20: Os Estudos da Memória na Justiça de Transição no Brasil**. Caxambú, 2016.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Vol. 2, No 3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 1984). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 - 132.

SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. **Revista História Oral**, v. 4, p. 73-83, 2001. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=36>> Acesso em: 15 de set. de 2019.